

2 — Quero prestar público louvor pela forma empenhada e competente como cumpriu as funções que lhe foram cometidas, nomeadamente no que respeita à preparação, aprovação e desenvolvimento do Programa de Revitalização dos Montados.

As suas qualidades profissionais e pessoais em muito contribuíram para o bom funcionamento deste Gabinete.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2007.

31 de Janeiro de 2007. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

Despacho n.º 2901/2007

Com fundamento no artigo 6.º do regulamento da Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959, aprovado pelo Decreto n.º 44 623, de 10 de Outubro de 1962, determino que seja concedido à Biosfera — Associação Florestal de Caça e Pesca dos Compartes de Ribeiradio o exclusivo de pesca desportiva no rio Vouga, compreendido entre o limite este e o limite oeste da freguesia de Ribeiradio, freguesia de Ribeiradio, concelho de Oliveira de Frades, nas condições que a seguir se indicam:

1 — A concessão de pesca abrange a extensão de 4,532 km e a área aproximada de 14,32 ha.

2 — O prazo de validade da concessão é de 10 anos a contar da data de publicação do respectivo alvará, podendo este ser cancelado sempre que for julgado conveniente ao interesse público ou não houver cumprimento do estabelecido no respectivo alvará.

3 — A taxa devida anualmente pela concessão é de € 85,78, de acordo com os limites estabelecidos pelo artigo 6.º do Decreto n.º 44 623, alterados pelo Decreto-Lei n.º 131/82, de 23 de Abril.

4 — A importância referida no número anterior constitui receita da Direcção-Geral dos Recursos Florestais.

5 — O pagamento da taxa referente ao ano em que a concessão de pesca entra em vigor far-se-á no acto da entrega do alvará e será devida por inteiro.

6 — A concessionária é obrigada a cumprir e a fazer cumprir as normas do regulamento desta concessão, aprovado pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais.

7 — Os repovoamentos com espécies aquícolas próprias do meio só poderão ser levados a efeito depois de autorizados pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais.

8 de Fevereiro de 2007. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Rui Nobre Gonçalves*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

Despacho n.º 2902/2007

Com fundamento no artigo 6.º do regulamento da Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959, aprovado pelo Decreto n.º 44 623, de 10 de Outubro de 1962, determino que seja concedido ao Clube Turístico e Desportivo de Vizela o exclusivo de pesca desportiva na ribeira de Sá, desde a ponte de Rompesilhas, lugar de Pias, limite a montante, até à confluência com o rio Vizela, limite a jusante, freguesias de Santa Eulália, São João das Caldas de Vizela e Santo Adrião de Vizela, concelho de Vizela, nas condições que a seguir se indicam:

1 — A concessão de pesca abrange a extensão de 3,873 km e uma área aproximada de 1,40 ha.

2 — O prazo de validade da concessão é de 10 anos a contar da data da publicação do respectivo alvará, podendo este ser cancelado sempre que for julgado conveniente ao interesse público ou não houver cumprimento do estabelecido no respectivo alvará.

3 — A taxa devida anualmente pela concessão é de € 8,39, de acordo com os limites estabelecidos pelo artigo 6.º do Decreto n.º 44 623, alterados pelo Decreto-Lei n.º 131/82, de 23 de Abril.

4 — A importância referida no número anterior constitui receita da Direcção-Geral dos Recursos Florestais.

5 — O pagamento da taxa referente ao ano em que a concessão de pesca entra em vigor far-se-á no acto da entrega do alvará e será devida por inteiro.

6 — A concessionária é obrigada a cumprir e a fazer cumprir as normas do regulamento desta concessão, aprovado pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais.

7 — Os repovoamentos com espécies aquícolas próprias do meio só poderão ser levados a efeito depois de autorizados pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais.

8 de Fevereiro de 2007. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Rui Nobre Gonçalves*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho

Despacho (extracto) n.º 2903/2007

Por despacho de 3 de Janeiro de 2007 do director regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, foi nomeada definitivamente em categoria superior no quadro da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho Maria Teresa Fernandes Monteiro, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação opera-se para a categoria de assessor principal da carreira de médico veterinário do quadro desta Direcção Regional de Agricultura e produzirá efeitos a 2 de Janeiro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 2007. — Pelo Director Regional, o Chefe de Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, *Jorge Fernandes de Brito*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2904/2007

Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 185.º da Constituição da República Portuguesa, serei substituído na minha ausência, no dia 5 de Fevereiro de 2007, por motivo de me encontrar a gozar um dia de férias, pelo Secretário de Estado da Segurança Social, Dr. Pedro Manuel Dias de Jesus Marques.

1 de Fevereiro de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Inspecção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Despacho n.º 2905/2007

Nos termos e para efeitos do preceituado no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo para o exercício de funções de secretariado a assistente administrativa principal Maria Zita de Freitas Moura, do quadro de pessoal desta Inspecção-Geral.

Os efeitos desta nomeação reportam-se a 1 de Fevereiro de 2007.

5 de Fevereiro de 2007. — A Inspectora-Geral, *Alexandra Costa Gomes*.

Inspecção-Geral do Trabalho

Despacho (extracto) n.º 2906/2007

Por despacho de 4 de Dezembro de 2006 do inspector-geral do Trabalho, foi o licenciado Miguel Ângelo Lourenço da Costa, técnico de 2.ª classe do quadro de pessoal do ex-IDICT, nomeado definitivamente, precedendo reclassificação profissional, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições do Trabalho, com efeitos a partir de 21 de Novembro de 2006, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do CPA. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Dezembro de 2006. — A Directora de Serviços, *Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar*.

Despacho (extracto) n.º 2907/2007

Por despacho de 15 de Dezembro de 2006 do inspector-geral do Trabalho, foi a licenciada Maria Madalena Leitão Gonçalves Lopes, inspectora-adjunta especialista principal do quadro de pessoal do ex-IDICT, nomeada definitivamente, precedendo reclassificação profissional, na categoria de inspector, da carreira de inspector superior, do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições do Trabalho com efeitos a partir de 21 de Novembro de 2006, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código

do Procedimento Administrativo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Dezembro de 2006. — A Directora de Serviços, *Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Segurança Social de Santarém

Despacho n.º 2908/2007

Por despacho de 28 de Dezembro de 2006 do vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., Dr. António Nogueira de Lemos, proferido por delegação, foi Conceição Neto Gaspar dos Santos Coelho, auxiliar de serviços gerais do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, nomeada, em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, a partir da data da publicação no *Diário da República*, para início de funções com vista à reclassificação na categoria de auxiliar administrativa, da carreira de auxiliar administrativa, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, em lugar do mesmo quadro de pessoal. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Janeiro de 2007. — A Directora, *Anabela Santos Rato*.

Despacho n.º 2909/2007

Por despacho de 28 de Dezembro de 2006 do vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., Dr. António Nogueira de Lemos, proferido por delegação, foi Maria Cristina Batista Patrício, auxiliar de serviços gerais do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, nomeada, em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, a partir da data da publicação no *Diário da República*, para início de funções com vista à reclassificação na categoria de auxiliar administrativa, da carreira de auxiliar administrativa, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, em lugar do mesmo quadro de pessoal. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Janeiro de 2007. — A Directora, *Anabela Santos Rato*.

Centro Distrital de Segurança Social de Vila Real

Aviso (extracto) n.º 3500/2007

Por despachos do director da Circunscrição Florestal do Norte e do vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., para a área dos recursos humanos, foi autorizada a transferência do assistente administrativo especialista José Borges Lemos, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, Circunscrição Florestal do Norte, para o quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte, com afectação ao Serviço Local de Chaves.

29 de Dezembro de 2006. — O Adjunto do Director, *Francisco J. F. Rocha*.

Centro Nacional de Pensões

Despacho (extracto) n.º 2910/2007

Por despacho do Secretário de Estado da Segurança Social de 5 de Janeiro de 2007, proferido no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 10 847/2005, de 13 de Maio, do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, foi deferido o pedido de passagem ao regime de prestação de trabalho designado por semana de quatro dias, formalizado pela funcionária do Centro Nacional de Pensões com a categoria de tesoureira Maria Emília Oliveira Frada Valente, ao abrigo do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 325/99, de 18 de Agosto.

A passagem ao regime referido terá efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Janeiro de 2007. — O Director da Unidade de Administração e de Recursos Humanos, *Clemente Galvão*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Alentejo

Sub-Região de Saúde de Portalegre

Despacho (extracto) n.º 2911/2007

Por despacho de 26 de Janeiro de 2007 da coordenadora da Sub-Região de Saúde de Portalegre, da Administração Regional de Saúde do Alentejo, no uso de competências delegadas, foi autorizada a nomeação, por tempo indeterminado, precedendo concurso interno geral de acesso, para a categoria de enfermeiro-chefe, da carreira de enfermagem, para o Centro de Saúde de Montargil de Constança Maria Esteves Florindo Matos. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 2007. — A Coordenadora, *Maria Manuela Almeida Miguéns Louro*.

Despacho (extracto) n.º 2912/2007

Por despacho de 1 de Fevereiro de 2007 da coordenadora sub-regional de Saúde de Portalegre, da Administração Regional de Saúde do Alentejo, no uso de competências delegadas e de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, foi a Maria Madalena Pontes Varanda Gonçalves autorizada a nomeação por tempo indeterminado, precedendo concurso interno, para a categoria de técnico principal, área de análises clínicas e saúde pública, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, para um lugar no quadro dos serviços de âmbito sub-regional da Sub-Região de Saúde de Portalegre. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 2007. — A Coordenadora, *Maria Manuela Almeida Miguéns Louro*.

Administração Regional de Saúde do Centro

Sub-Região de Saúde de Aveiro

Despacho (extracto) n.º 2913/2007

Por despacho do coordenador da Sub-Região de Saúde de Aveiro de 18 de Dezembro de 2006, a Dr.ª Maria do Rosário Monteiro da Costa Oliveira foi nomeada, com efeitos à data do despacho, na categoria de técnica superior de 2.ª classe, área de gestão financeira, do quadro de pessoal da sede da Sub-Região de Saúde. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Fevereiro de 2007. — O Coordenador, *Humberto Rocha*.

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Sub-Região de Saúde de Lisboa

Despacho (extracto) n.º 2914/2007

Por despacho do vogal executivo do conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E., e deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, no uso de competência delegada, de 13 de Outubro de 2006 e de 8 de Janeiro de 2007, respectivamente, foi autorizada a transferência de Rita Isabel Ferrão Gonçalves Nunes, enfermeira graduada do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E., para o quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Saúde de Lisboa, Centro de Saúde da Parede, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 101/2003, de 23 de Maio. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Fevereiro de 2007. — A Coordenadora, *Maria Manuela Peleteiro*.

Despacho (extracto) n.º 2915/2007

Por despachos do conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central) e da coordenadora da Sub-Região de Saúde